

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº      , DE 2008**  
**(Do Sr. BARBOSA NETO)**

Solicita informações ao Sr. Ministro da  
Fazenda a respeito da cobrança de tarifas por saques  
realizados em instituições bancárias brasileiras.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e  
na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas  
informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito da cobrança de tarifas por saques  
realizados em instituições bancárias brasileiras.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os bancos brasileiros estão passando por uma fase única na história do Brasil. Seus lucros tem sido extremamente altos, embalados no bom momento que a economia brasileira vem passando. Apesar da crise econômica que desponta no exterior, a economia brasileira segue forte e nossos bancos são exemplos disso.

Apesar dessa boa fase bancária, o atendimento fornecido, além das altas taxas cobradas dos correntistas, não é compatível com o bom momento que eles vem passando. Por este motivo, os bancos freqüentam constantemente a lista de instituições com mais reclamações em órgãos de proteção do consumidor, como os PROCONs.

Porém, uma denúncia em particular chamou a atenção deste parlamentar, membro titular da Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados: existem bancos que estão cobrando tarifas dos correntistas por saques realizados na boca do caixa. Isso configura uma exploração e afronta a todas as normas contidas no Código de Defesa do Consumidor. Os clientes já pagam uma série de taxas referentes à manutenção de sua conta bancária, e o fato de serem forçados a pagar uma taxa extra para ter direito ao acesso ao seu dinheiro – que estava sendo guardado e utilizado para produzir renda àquela instituição, diga-se de passagem –, caracteriza claramente uma ação abusiva contra o consumidor.

Como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, e representante legítimo da população brasileira, é dever deste deputado inquirir ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, o Sr. Guido Mantega, sobre:

**1 – a autenticidade de tais informações;**

**2 - quais dispositivos do nosso ordenamento jurídico permitem esse tipo de cobrança; e,**

**3 – qual a legalidade na prática de tal ato.**

Certo da atenção de Vossa Excelência, e na certeza de estarmos contribuindo para o refinamento dos direitos do consumidor, aguardamos informações sobre as questões de interesse público levantadas.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2008.

**Deputado BARBOSA NETO**

**PDT – PR**